

Qual revolução hoje?

JEAN LOJKINE*

OS ESPECTROS DE NOSSA HISTÓRIA

Mesmo quando os homens parecem ocupados em se transformar, a si e às coisas, a criar algumas coisas totalmente novas, é precisamente nessas épocas de crise revolucionária que eles recorrem timidamente aos espíritos do passado para socorrê-los, que eles reproduzem seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes, para exercer um novo papel na história sob esse disfarce respeitável e com essa linguagem emprestada. É assim que Lutero veste a máscara do apóstolo Paulo, que a Revolução de 1789 a 1814 se reveste sucessivamente do costume da república romana, depois daquele do Império romano, e que a revolução de 1848 não soube fazer melhor que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793 a 1795.¹

Falar neste fim de século de “revolução” pode parecer uma teimosia: a derrocada do sistema soviético, o revés das revoluções de libertação nacional no Terceiro Mundo, não consagraram o fim das utopias revolucionárias forjadas há um século e meio? E, no entanto, poucas épocas históricas conheceram perturbações tão profundas, tão “revolucionárias” como as que marcaram e marcam esta segunda metade do século XX: mudanças tecnológicas com a passagem da revolução industrial para a revolução informacional, mas também e sobretudo perturbações culturais, mudanças de civilização.

Mas a confusão talvez venha justamente da representação travestida, mascarada de seus atores, visitados, como na época de Marx, pelos espectros do passado. Assim ocorre no movimento de Maio de 68: embora seus principais atores históricos se refiram seja às grandes figuras da Frente Popular e da Libertação (e antes de tudo a “classe operária” pela CGT, o PCF e os movimentos maoístas), seja a novas figuras copiadas das precedentes (a “nova classe operária” de S. Mallet e da CFDT), sob esses costumes do passado os atores sociais de fato já não são aqueles de 1936.

* Texto apresentado no encontro “O Manifesto comunista 150 anos depois” realizado em Paris, de 13 a 15 de março de 1998, promovido pelo movimento Espaço Marx. Tradução: Dina Lida Kiroshita.

Até 1936, e mesmo no começo dos anos 50, o salariado francês é dominado numérica e ideologicamente pelo grupo operário; os anos 60-70 serão, ao contrário, marcados pelo crescimento extremamente rápido de um novo tipo de salariado, aquele dos serviços, e notadamente na França dos grandes serviços públicos da educação, da pesquisa, da saúde e das comunicações, sem esquecer o sistema bancário e o comércio.

É justamente dentro de uma dessas novas concentrações do saber e da informação, a Universidade, que explode o Maio de 68. O rumo espetacular assumido pelas greves operárias ocultará a novidade desse movimento social com relação às greves de 1936 ou de 1947. Nas universidades como nas fábricas, além das reivindicações tradicionais de salários, encontra-se a matriz social da informação e da decisão que está em jogo, é o que a esquerda não-comunista denominará então “a autogestão”, em face de um PCF e de uma CGT prisioneiros dos espectros do passado, mesmo que numerosos militantes de base já experimentem formas novas de organização, de debate e de intervenção na organização do trabalho e visão da gestão de trabalho.²

OS MITOS DA “SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL”

De certo modo, alguns sociólogos saberão, desde 1968, levar em conta toda a novidade revolucionária de uma sociedade que estava em via de passar de uma civilização industrial a uma civilização informacional. É notadamente o caso de Alain Touraine, que perceberá muito cedo o papel central do tratamento da informação.

Numa sociedade mais e mais terciária, isto é, onde o tratamento da informação exerce o papel central que o tratamento dos recursos naturais exercia no início da industrialização, a forma mais grave de desperdício é a ausência de participação na decisão. E é sintomático que todos os estudos mostrem que a primeira condição disso é a informação [...] Estar informado não é somente saber o que se passa, mas conhecer o dossiê, as razões e os métodos da decisão e não somente os fatos alegados para justificar uma decisão. É por isso que os sindicatos ou os comitês de empresa solicitam o exame do balanço empresarial e o conhecimento da evolução das diversas categorias de renda. A informação é, de fato, um acesso à decisão.³



França - 1968

Ora, o acesso à informação, como o nota justamente Touraine, “supõe desde já uma atitude reivindicatória nova”, que mexe nas antigas fronteiras entre o social, domínio reservado ao sindicato, e o econômico, domínio reservado ao gestor. Mas supõe ela portanto “a aceitação da racionalidade econômica?”; dito de outra maneira, os critérios da gestão capitalista (critérios de rentabilidade, produtividade aparente do trabalho) é o que tornará a identificar, como Max Weber – e hoje Habermas –, a racionalidade econômica com a racionalidade capitalista (supondo que ela é una e indivisível)?

Aqui, o diagnóstico precursor cede lugar ao discurso mitológico. O arrazoado de Touraine, como o de Bell ou de Fourastié no domínio econômico, é fundado numa analogia entre a sociedade industrial baseada no trabalho e na produção (e o conflito capital/trabalho) e a sociedade pós-industrial fundada na informação (e o conflito entre

detentores e não-detentores da informação estratégica). Essa analogia funciona, em Bell, como substituição: “do mesmo modo que” os operários da indústria substituem os camponeses na revolução industrial, “do mesmo” que hoje os agentes sociais que estão no centro do tratamento da informação (professores, pesquisadores, estudantes, engenheiros, técnicos, etc.) substituiriam a classe operária no novo conflito central que dominará a sociedade.

Falar neste fim de século de “revolução” pode parecer uma teimosia: a derrocada do sistema soviético, o revés das revoluções de libertação nacional no Terceiro Mundo, não consagraram o fim das utopias revolucionárias forjadas há um século e meio?

Por isso, para Touraine como para muitos outros sociólogos da época, a luta anticapitalista perde sua importância, já que a propriedade privada dos meios de produção não será mais o centro da produção da sociedade pós-industrial; a luta entre dominados e dominantes substituirá a luta entre explorados e exploradores.

É suficiente constatar hoje, com a crise econômica mundial, como os movimentos de capitais dominam as políticas econômicas dos Estados nacionais, as estratégias das empresas reduzem a nada, de um dia para outro, não só uma fábrica, mas uma experiência tecnológica, uma concentração de saberes e técnicas, para medir a debilidade desses raciocínios sociológicos completamente desconectados de toda análise econômica séria. Nunca como na atualidade a dominação do capital foi tão forte, tão mundial, mas ao mesmo tempo as formas desse domínio, tanto seus limites como as resistências que elas suscitam estão profundamente modificados. É justamente essa mistura de ruptura revolucionária (da informacional em relação à industrial) e a continuidade do capitalismo que é difícil analisar.

Se o marxismo durante esse período pecou por seu economicismo, ao contrário, a sociologia da mudança social foi vítima do seu sucesso: a análise, hoje confirmada, de grandes mutações sócio-culturais que marcam os

trinta gloriosos anos, permanecerá cega aos processos econômicos subterrâneos, menos espetaculares, que vão provocar, desde o fim dos anos 60, a crise econômica estrutural que ainda vivemos.

O REVÉS DA TEORIA DOS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”

A analogia que fundamenta as “novas classes” (de “profissionais” do saber, de “quadros”, de técnicos, etc.) terá um impulso ainda maior em Touraine. Ela acabará procurando uma correspondência direta entre o papel histórico exercido pelo movimento operário durante o século XIX na sociedade industrial e a emergência, por volta de e após maio de 68, de “novos movimentos sociais”. É interessante notar que Touraine, consciente da diversidade do salariado moderno e da fragilidade das teses de Mallet sobre a “nova classe operária”, *buscará portanto reencontrar na sociedade pós-industrial um modelo idêntico de mobilização coletiva.*

O novo movimento social é, de fato, definido em torno de *um* conflito central (tecnocratas contra os usuários das grandes organizações, de *um* grupo social indutor (os profissionais especializados em organização) e de camadas satélites: os operários não qualificados pelo movimento operário organizado pelos operários de escritório, os usuários dos grandes meios de consumo coletivo (hospitais, escolas, meios de transporte, conjuntos residenciais) para os “novos movimentos sociais” dirigidos por uma “vanguarda”, uma elite intelectual.

Ora, justamente esse modelo de análise, marcado inconscientemente ele próprio pela sociedade industrial, não convém em absoluto àquilo que estava em germe na nova sociedade capitalista em via de nascer: um salariado diversificado, sem *um* grupo hegemônico, que agisse como a classe operária ou um grupo de quadros; uma difusão do conjunto da sociedade de características do salariado operário (e, desde o início, sua precarização sistemática), mas simultaneamente uma profunda heterogeneidade do *statu* e das posições sociais em função notadamente do tipo de acesso ao saber e à formação escolar completa, é o que impedirá toda identificação maciça do novo salariado de serviços, notadamente o salariado diplomado, com a figura do “proletário”, tal como ela foi constituída no século XIX na classe operária.

Touraine tentará explicar o revés dos novos movimentos sociais (movimentos feministas, movimento

ecológico, movimento estudantil) por um novo paralelo com a história do movimento operário: o movimento operário como movimento social teria declinado durante as fases de recessão econômica em benefício dos partidos e de ações puramente políticas. A própria recessão econômica dos anos 80 teria transformado os atores dos movimentos sociais em gestores políticos,⁴ os próprios sindicatos tornaram-se parceiros dos chefes de empresas.⁵

Nós não pensamos que se possa continuar de fato a transpor para a situação presente o tipo de divisão de papéis que caracteriza sindicatos e partidos de esquerda durante o século precedente e os trinta gloriosos anos. Não só pelo fato da profundidade da crise econômica que exige uma intervenção do sindicalismo para além de suas fronteiras tradicionais, mas sobretudo as mudanças fundamentais que ocorrem em nossa sociedade não podem repousar sobre essa fratura entre a massa de pessoas (compreendendo os quadros técnicos) e uma elite tecnocrática todo-poderosa imbuída de sua onipotência e fechada a qualquer debate a respeito de sua gestão econômica e política. Trata-se da intervenção direta das pessoas sobre seu trabalho e sua vida que interpela justamente a estrutura delegatária dos sindicatos e dos partidos políticos.

REVOLUÇÃO E SOCIEDADE

Identificam-se geralmente as grandes revoluções com atores políticos e institucionais bem precisos: a Revolução Francesa e os jacobinos, a Revolução Russa e os bolcheviques, supondo-se uma correlação estreita entre a transformação radical da sociedade e a subversão das instituições políticas. É possível que seja o que põem em xeque os acontecimentos deste fim de século: o revés da Revolução de Outubro foi inicialmente um revés nos objetivos de transformação radical da ordem social capitalista; ora este revés repercute na análise da Revolução Francesa, que se compara às transformações sociais, sem revolução política (no sentido francês do termo), dos EUA, da Inglaterra ou da Alemanha bismarckiana.

Mas não se pode também escapar do sentido mesmo da palavra revolução: é necessário dar-lhe, de fato, como H. Arendt, um sentido puramente constitucional, puramente jurídico? A revolução moderna será de início e antes de tudo a conquista da liberdade e dos direitos do homem para todos (liberdade de associação, de opinião) como a revolução americana, e não a conquista da felicidade pelos (para os) pobres (a solução da “questão social”)?

Na falta de uma fundação institucional que garanta, como na Inglaterra e nos EUA, a liberdade de cada um, um espaço público garantido pelo governo constitucional, os “representantes do povo” se referem a uma “vontade geral” do “povo”, abstrata, oposta aos interesses particulares dos cidadãos, que exclui todo diálogo, toda mediação, todo compromisso entre interesses opostos; a transparência postulada pelos compromissos políticos, a pureza reclamada da virtude dos incorruptíveis conduz à suspeita generalizada contra os hipócritas, os corruptos, os inimigos do exterior e do interior, os traidores que é preciso “desmascarar”. Locke contra Rousseau.

Touraine tentará explicar o revés dos novos movimentos sociais (movimentos feministas, movimento ecológico, movimento estudantil) por um novo paralelo com a história do movimento operário: o movimento operário como movimento social teria declinado durante as fases de recessão econômica em benefício dos partidos e de ações puramente políticas. A própria recessão econômica dos anos 80 teria transformado os atores dos movimentos sociais em gestores políticos,¹⁰ os próprios sindicatos tornaram-se parceiros dos chefes de empresas.

Habermas mostrou justamente os limites dessa concepção da política que isola espaço do debate democrático e espaço da “necessidade”, das carências, da sociedade civil, espaço do poder que explora e domina. Para H. Arendt, de fato, a essência do político se manifestaria no “espaço da aparência” (*Erscheinungsraum*) em que se reencontram os indivíduos “falando e agindo em conjunto”. A

ação que H. Arendt opõe à obra e ao trabalho⁶ e que independe de algum fim que lhe seja externo é o meio próprio da política:⁷

“A ação, a única atividade que coloca diretamente em relação os homens, sem a intermediação de objetos nem da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que são os homens, e não mais o homem, que vivem sobre a terra e habitam o mundo.”⁸ Como nota com força justamente J. M. Ferry, H. Arendt reencontra aqui Aristóteles: a ação (*praxis*) se opõe ao trabalho, como a palavra à ferramenta, a prática à técnica, a liberdade à necessidade, o público ao privado, o político ao econômico, o acordo à manipulação, a potência à violência. A autoridade à repressão.⁹

É preciso, entretanto, levar em conta uma dimensão fundamental do enfoque político de H. Arendt em geral passada em silêncio, estranhamente oculta, inclusive por Habermas. Para H. Arendt, de fato, não existe experiência de liberdade pública sem forte participação de todos os cidadãos quanto aos assuntos públicos. Embora J. Habermas a acuse, de fato, de ter escolhido a “boa” revolução (americana) contra a “má” (a francesa),¹¹ o ensaio de H. Arendt sobre a revolução concluirá com uma crítica muito contundente à revolução americana que não tem a inclusão na sua Constituição, como queria Jefferson, de espaços descentralizados, as comunas, essas “pequenas repúblicas” que teriam permitido a intervenção real das pessoas nos seus assuntos.

Se o projeto de “repúblicas elementares” de Jefferson tivesse sido realizado, segundo H. Arendt,

ele teria ultrapassado em muito os débeis germes de uma forma nova de governo que se pode divisar nas seções da Comuna de Paris e das sociedades populares da Revolução francesa [...] Se o fim último da Revolução é a constituição de um “espaço público” em que poderia aparecer a liberdade [...] então as repúblicas elementares que são os distritos [...] seriam realmente o resultado da grande república.¹²

A referência explícita de H. Arendt aos conselhos operários de 1919-1920, a Rosa Luxemburg ou aos conselhos operários húngaros de 1956 é geralmente silenciada hoje em dia, em benefício de uma redução conformista do espaço público democrático ao exercício da democracia parlamentar clássica. Essa não é a concepção de H. Arendt, que oporá o sistema de representação parlamentar (que assegura ao meio o respeito às liberdades constitucionais, um certo “controle dos governantes pelos governados”) e a forma política dos “conselhos” que “assegura a participação propriamente

dita dos cidadãos nos assuntos públicos”,¹³ mas igualmente o avanço da forma partido, como de toda forma de “governo de muitos por poucos”.

Mas, paradoxalmente, sua referência muito clara à democracia direta a leva a reforçar a divisão dicotômica entre um espaço político de discussão (de formação de opinião) e um espaço econômico onde reinará a violência, a injustiça e a desigualdade social. O revés dos soviets e dos conselhos operários dos anos 20 viria justamente daí, de sua intrusão infeliz no domínio da gestão:

[...] os conselhos eram incapazes de compreender em que enorme medida a máquina de governo nas sociedades modernas efetivamente deve assumir as funções de administração. O erro fatal dos “conselhos” é que nunca distinguiram claramente entre a participação nos assuntos públicos e a administração ou a direção das coisas no interesse público. Sob a forma de conselhos operários, eles tentaram, inúmeras vezes, tomar em suas mãos a direção de fábricas e todas essas tentativas terminaram num fiasco doloroso.¹⁴

Reencontramos aqui as posições de Touraine e de J. Habermas: *a política como início de meios administrativos e financeiros* estaria além do simples cidadão e monopólio dos especialistas, monopólio de uma elite governante. Toda tentativa de autogoverno só poderia levar ao caos ou à instrumentalização das instituições populares por um partido totalitário. H. Arendt apela à auto-expressão, à autodeliberação, à autoformação das opiniões dos cidadãos, mas não a seu autogoverno: a “máquina” de governo é aceita como o reino da necessidade,¹⁵ na mesma qualidade dos dois “*medium*” dos poderes de Estado e econômico de Habermas.

É de certa maneira *contra* essa concepção restrita da temporalidade revolucionária, como acontecimento fundador, instaurando um *novus ordo saeculorum*, uma ruptura radical entre o passado (o antigo regime) e o futuro (o novo regime), que se inscreve o que Marx e Engels denominaram comunismo, movimento transformador da sociedade atual a partir de suas próprias premissas:

O comunismo não é para nós nem um Estado que deve ser criado, nem um ideal sobre o qual a realidade deve se reger. Nós denominamos comunismo o movimento real que abole o Estado atual. As condições desse movimento resultam das premissas atualmente existentes.¹⁶

Se Marx, na citação liminar que fizemos, põe em primeiro plano as grandes transformações revolucionárias da Reforma luterana¹⁷ no mesmo nível das revoluções

políticas do século XIX na França, isso não é evidentemente por acaso: é que para ele a reforma luterana revolucionou em profundidade a sociedade feudal, criando não só as bases ideológicas da futura ética do capitalismo, mas uma das condições da abolição da ética feudal, de seu avanço. Do mesmo modo Engels, em sua “Introdução de 1895” à obra de Marx, *As lutas de classe na França 1848-1850*, compara a subversão comunista à subversão cristã sob o império romano:

Existe agora, quase mil e seiscentos anos depois, da mesma forma que no Império romano era tratado com violência, um perigoso partido subversivo. Ele solapa a religião e todos os fundamentos do Estado. Ele nega decididamente que a vontade do imperador era a lei suprema, ele era sem pátria, internacional [...] Ele tinha feito há longo tempo um trabalho de sapa. Mas após um tempo suficientemente longo, ele já se sentia bastante forte para aparecer à luz do dia. Esse partido subversivo que era conhecido como cristão já ocupava de fato posições de poder na sociedade.

Ora, precisamente, para Marx, o critério de uma revolução é sua capacidade de transformar realmente as relações e os laços de poder que fundamentam a dominação de classe. É o que Jaurès teoriza de forma feliz, em seu grande debate com Jules Guesde no hipódromo de Lille, em novembro de 1900,¹⁸ mostrando como a nova sociedade, antes de desabrochar, tinha penetrado na sociedade antiga:

— Jaurès:

Diz-se ao partido: “Permaneça isolado, permaneça à margem, não se meta na ação governamental; fiquem o mais longe possível do estado burguês.” E eu vos digo: *todas as grandes revoluções foram feitas no mundo porque a sociedade nova, antes de desabrochar, tinha penetrado por todas as fendas, por todas as suas pequenas raízes, dentro do solo da sociedade antiga [...]* foi o que deu força às heresias, às grandes revoltas da consciência religiosa dos séculos XII e XIII, foi o que deu força em seguida à Reforma, onde precisamente surgiu ao se apropriar de uma parte do próprio poder da antiga Igreja.

Marxista, Jaurès estava convencido de que o papel “hegemônico” do proletariado podia levar a uma libertação, ao fim da alienação sujeita ao conjunto de classes. Ele tem uma visão global de lutas e é por isso que apóia às vezes as tentativas governamentais na esperança de ser possível evitar as violentas repressões patronais, que se pode chegar a votar leis positivas para os operários, o combate do movimento operário, greves duras. Ele inscreve sua reflexão e sua prática na problemática de elos entre o

sindicato e o partido político, colocando sistematicamente na dianteira o duplo campo de ação do patronato, aquele do capital e o da política de Estado. Ele afirma que privilegiar a luta sindical não significa abandonar o outro. É nesse mesmo movimento que se opõe a Jules Guesde, que não queria tomar partido no caso Dreyfus, e a Lagardelle, que se recusava a ver o sindicato intervir na gestão.¹⁹

Jaurès tinha de fato a maior preocupação, como os fundadores do sindicalismo revolucionário, de libertar o operário dessa alienação fundamental que é sua exclusão de “toda parte de direção, de todo manejo das coisas humanas e dos grandes interesses”. Ora, excluir a gestão econômica seria para ele a maior das ilusões. Para que o trabalho seja “verdadeiramente livre”, segundo Jaurès, “é preciso que todos os trabalhadores sejam chamados por sua parte a dirigir, é preciso que eles participem do governo econômico da fábrica, como eles participam do sufrágio universal ao governo político da cidade”.²⁰

Em 1908, durante o congresso do Partido Socialista unificado em Toulouse, irá mesmo dizer que a reivindicação, sustentada por Lagardelle, “de uma organização livre do trabalho para os trabalhadores”, separada da “gestão administrativa da própria empresa”, não será mais que uma “ilusão de autonomia”; “as condições gerais de trabalho e de produção eram ditadas pelo Estado ou o patronato”, o poder seria sempre conservado pelos proprietários da mina ou das ferrovias.²¹

— Jaurès:

Quereis que os trabalhadores organizados pelo sindicalismo penetrem na fábrica e conquistem gradualmente a gestão? [...]

— Lagardelle:

Eu só falei da organização livre do trabalho pelos próprios trabalhadores sem visar a gestão administrativa da empresa em si [...]

Jaurès:

Se não é isso, é a ilusão mais oca [...] Então, existiria na distribuição de tarefas, na disciplina secundária, no detalhe da disposição uma imagem de autonomia operária, mas como as condições gerais de trabalho e



França - 1968

de produção [...] serão ditadas ou pelo Estado ou pelo patronato [...] *Prefiro uma participação direta, declarada, pública, da classe operária à gestão dos próprios serviços públicos* [...] [Os mineiros, os ferroviários em seus congressos reivindicaram] que a propriedade capitalista seja transformada [...] em serviço público, para que eles possam, através dos delegados eleitos em suas organizações, exercer nos conselhos administrativos desse serviço público uma ação de controle, garantindo a liberdade dos operários, assinalando com a competência dos homens instalados no próprio coração da exploração, os vícios da exploração capitalista, e ao fazê-lo, ao mesmo tempo serem os defensores do interesse operário e do interesse da coletividade [...]

Esses são problemas que se colocarão perante nós amanhã [...] Assim, [...] diante da força de penetração gradual da classe operária [...] a tarefa de reforma ampliada, contínua, impulsionada sem fim pelo proletariado organizado, cada vez mais poderoso e mais ambicioso, tende a se confundir no limite com sua realização revolucionária.²²

Ao dizer isso, Jaurès se apóia explicitamente nos projetos de nacionalização das minas e das ferrovias (que ele havia redigido ou apoiado depois de 1894). Esses projetos previam uma repartição do poder entre os assalariados de base que interviriam diretamente na gestão de suas oficinas ou de seus estabelecimentos e seus delegados eleitos que interviriam em nível local e nacional (conselho de administração), em função dos interesses da nação. De fato, Jaurès tinha apresentado à Câmara um primeiro projeto de nacionalização das minas em 1894: ele solicitava que as minas abandonadas fossem entregues aos mineiros ou antes ao Estado que confiaria a exploração aos mineiros. O projeto previa que as minas estariam à disposição da nação sem indenização — com exceção dos pequenos acionistas. Haveria um conselho nacional e central da mina com 1/3 de mineiros, 1/3 de sindicalizados não-mineiros e 1/3 para o Estado. Os comitês regionais seriam compostos de engenheiros, contadores e operários.

Os salários deviam assegurar o autofinanciamento, a aposentadoria e as indenizações relativas a acidentes do trabalho, deviam beneficiar um fundo para o salário desemprego e complementos de remuneração após a

distribuição. Mas o projeto vai ainda mais longe: os assalariados deviam ter a autoridade de seu trabalho e participar “do governo econômico da oficina”, a fim de conquistar “gradualmente a gestão da fábrica”.²³ Para Jaurès, se “é a propriedade dos meios de produção que é a chave da revolução socialista”, essa revolução implica em primeiro lugar a apropriação pelos trabalhadores das competências gerenciais monopolizadas pelo patronato.

Para H. Arendt, ao contrário, ao apossar-se do poder, engaja-se inexoravelmente na vocação fatal que conduz à transformação da conquista da liberdade pública em conquista do poder de Estado e econômico, e que resulta no monopólio dos “meios de violência” por um partido que age em nome e em lugar do “povo”. Não há portanto experiência positiva a tirar das experiências passadas, na medida em que a Reforma luterana, bem como o movimento cristão, não implica de forma alguma o princípio básico das revoluções políticas depois do século XVIII, a saber, a instauração da liberdade pública. Para ela, a distinção é radical entre o movimento da necessidade (econômico, sociológico, técnico) — domínio da *poiesis* — e o movimento da liberdade (política) — domínio da *praxis*, da ação.

Também não existe alternativa viável, para ela, entre o respeito das liberdades institucionais sem “participação” propriamente dita nos assuntos públicos dos cidadãos na representação parlamentar e a “administração das coisas”, degenerescência burocrática de um governo transformado em “apolítico”.

Para dizer as coisas de outro modo, H. Arendt relega o domínio da gestão econômica como o do trabalho ao não-político: “a administração, a gestão, a direção, sendo ditadas pela *necessidade* com base em todos os fenômenos econômicos, são não somente não-políticos, mas também não-partidários”.²⁴ Não existe, portanto, um espaço para uma discussão pluralista e pública, dito de outra forma, para o exercício da liberdade política na esfera da administração pública ou da empresa capitalista.

Os acontecimentos que a levaram, bem como depois a Habermas, a essa conclusão pessimista dominam certamente de maneira terrível nosso século, depois do Terror de 1793 até o revés da Revolução de Outubro... ou dos conselhos operários dos anos 20, sem falar do Gulag... Mas pode-se estar satisfeito em abandonar o governo dos homens ao reino da necessidade e de uma fatalidade quase natural? O que se pode então conceber em quadro tão limitado de alguns raros países do globo onde o reino do Estado Providência ainda tem sentido na recessão mundial que vivemos após 30 anos, enquanto os “dirigentes

especialistas” demonstram sua incapacidade de sair do ciclo da violência econômica, da competição mortal, com seu cortejo de famintos, e do desemprego?

Ao mesmo tempo, o revés do sistema da representação política (de Estado, partidário, sindical), ou sua perda de eficácia, não permite mais pensar uma renovada intervenção política das pessoas através de aparelhos que se autonomizam irreversivelmente contra seus representados: nesse sentido, H. Arendt teve razão de opor radicalmente a autodireção nascida dos conselhos operários e *todos* os partidos políticos, aí incluídos os partidos revolucionários. O fundamento dessa oposição se encontra no próprio mecanismo de *representação* que separa o homem de sua ação. Esse mecanismo é alienante do mesmo modo que o mecanismo econômico de transformação dos sujeitos humanos em mercadorias e os objetos materiais em sujeitos do processo de trabalho (as máquinas e o capital). Apesar do seu revés, os conselhos colocaram com muita força um problema que atinge hoje sua maturidade: aquele do avanço democrático da representação política delegada.

SOBRE A DIVISÃO ENTRE TRABALHO E INTERAÇÃO COMUNICACIONAL (OU ENTRE TRABALHO, OBRA E AÇÃO)

Além de suas oposições sobre a própria natureza da política, Habermas e H. Arendt juntam-se em sua análise do trabalho como “sujeição à necessidade” (H. A.), oposta à atividade comunicacional, à palavra e à ação; e em certo sentido H. Arendt tem razão quando lembra que para o próprio Marx, como para os fisiocratas e a economia política clássica (Adam Smith e Ricardo), a oposição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo implica uma divisão moral entre trabalho produtivo (de valor) dos produtores e o trabalho improdutivo²⁵ (parasitário, como os domésticos) daqueles que antecipam ou coletam o valor gerado pelos produtores.

Certamente Marx fará algumas alusões às categorias intermediárias de trabalhadores (técnicos, supervisores, gerentes), e sobretudo ao avanço do trabalho produtivo imediato pelas atividades do “tipo superior” (atividades artísticas, científicas, etc.), não-produtivas, mas cada vez mais necessárias ao desenvolvimento da riqueza social:

A diminuição do tempo de trabalho aumenta o tempo livre, quer dizer, o tempo para o pleno desenvolvimento

do indivíduo, desenvolvimento esse que age por sua vez como a maior das forças produtivas, sobre a força produtiva do trabalho.²⁶

Mas para ele o trabalho proveniente do sistema capitalista, que compreende o trabalho intelectual, continua restrito ao “reino da necessidade”:

O reino da liberdade começa somente onde termina o trabalho pela necessidade e oportunidade imposta do exterior; se situa portanto, por natureza, para além da esfera de produção material propriamente dita [...] o homem civilizado é forçado também a lutar [contra a natureza para prover suas necessidades] e de fazê-lo quaisquer que sejam as estruturas da sociedade e o modo da produção [...] A única liberdade possível é que o homem social, os produtores regem racionalmente suas trocas com a natureza [...] mas essa atividade constituirá sempre o reino da necessidade. É mais adiante que começa o desenvolvimento das forças humanas como fim em si, o verdadeiro reino da liberdade que não pode desabrochar a não ser que se baseie sobre o outro reino, sobre a base da necessidade. A condição essencial desse desabrochar é a redução do tempo de trabalho.²⁷

A referência explícita de H. Arendt aos conselhos operários de 1919-1920, a Rosa Luxemburg ou aos conselhos operários húngaros de 1956 é geralmente silenciada hoje em dia, em benefício de uma redução conformista do espaço público democrático ao exercício da democracia parlamentar clássica.

H. Arendt retoma finalmente essa divisão de Marx – marcada pelo paradigma da revolução industrial – entre trabalho e atividades superiores, ao fazer do trabalho o reino da heteronomia, para dizê-lo à maneira de A. Gorz. De fato, ela identifica o trabalho com o trabalho parcelado do maquinismo industrial na “esfera da produção material”,²⁸ sem ver as transformações introduzidas pelo desenvolvimento das atividades informacionais nos serviços, mas também na indústria. Em nenhum momento H. Arendt evoca as possibilidades novas ofe-

recidas à humanidade para introduzir na esfera do trabalho as finalidades da obra e da ação política (senão através do revés da utopia dos “conselhos”).

REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E REVOLUÇÃO POLÍTICA

Além de todo determinismo reducionista é preciso ver, conseqüentemente, os elos que unem a revolução industrial e a própria concepção da revolução política, tal como ela foi forjada nos séculos XVIII e XIX. A maneira com que os dirigentes do movimento operário vão conceber a revolução política é muito ligada à revolução industrial e à civilização que ela engendrou. Isso é visto a propósito em Lênin, que identifica a passagem ao socialismo com a disciplina de fábrica e a ordem estabelecida do maquinismo industrial; mais precisamente, Lênin concebe a revolução política como um processo de duas faces contraditórias: de um lado, um sistema autoritário centralizado e estatizado, onde a obediência ao chefe é a única garantia da boa execução da racionalidade socialista (econômica e técnica), e, do outro, a iniciativa das massas, os debates, a livre expressão política. Um aparelho (o partido único), uma máquina (governamental) substituindo a outra: é a leitura estatista de Lênin do testamento autogestionário de Marx na *Comuna de Paris*.

Nessas análises da passagem do capitalismo ao socialismo na Rússia, Lênin desenvolve, de fato, a idéia de que finalmente é preciso utilizar o desenvolvimento das forças produtivas e das tecnologias para centralizar, concentrar, fazer economias de escala, o que para ele se identifica com o progresso técnico e com a racionalidade econômica; a imagem que aparece sem cessar é a imagem do grande Moloch e do grande sistema centralizado. Em 1918, no início da guerra civil, a passagem ao socialismo se identifica, aos olhos de Lênin, com a organização da economia “em grande escala, com base na indústria mecânica”.²⁹ Face à anarquia reinante então, o “princípio democrático de organização” é temperado pela “ordem rigorosa criada pela vontade única do dirigente” que une o conjunto dos trabalhadores “para formar um só órgão econômico *que funcione com a precisão de um mecanismo de relógio [sic]*. O socialismo é engendrado pela grande indústria mecânica”.³⁰

O modelo de relógio não é anedótico, é, ao contrário, perfeitamente coerente com o modelo mecanicista da revolução industrial e de sua cultura tão particular da eficácia e de um certo tipo de racionalidade. Por outro lado, esse não é um modelo unicamente do tipo soviético ou staliniano. O modelo mecanicista é muito mais antigo. Remonta a

Descartes e a Saint Simon, um precursor de Marx, que o influenciou muito mais do que se crê.

Ademais, já havia, desde a I Internacional, uma espécie de atração, de fascinação positivista pela estatística e a idéia de uma espécie de centralização matemática da gestão e da política (é o que Saint Simon chama de administração das coisas) que permitiria resolver todos os problemas. Entretanto, ao contrário, o que desenvolve a revolução informacional é um sistema em redes descentralizadas que se opõem a tudo aquilo que foi a grande característica da revolução industrial, a saber, o que se convencionou como economias de escala, as grandes concentrações fabris e as megalópoles urbanas.

Essa concepção, esse modelo mostrou na atualidade seu limite e sua falência, na revolução informacional, exatamente porque não se pode mais separar o espaço do debate, da livre iniciativa, da responsabilidade e o espaço da gestão, da decisão. Redes descentralizadas, iniciativas dos cidadãos, cidadania ativa direta dos assalariados nas empresas, recusa de delegação de poder, desenvolvimento ao máximo do controle de decisões pelas pessoas, os cidadãos, os próprios assalariados: está aí uma antiga idéia do movimento operário, da época da Comuna de Paris e do sindicalismo revolucionário, mas que foi completamente sufocada pelas culturas estatistas (staliniana e social-democrata), que foram desenvolvidas com base na revolução industrial, simetricamente à cultura capitalista dominante.

Existe realmente, sente-se isso na sociedade francesa, bem como no mundo inteiro na atualidade, uma necessidade de democracia, um desejo de uma nova autenticidade na relação entre administrados e administradores. Ora, a revolução informacional oferece meios totalmente novos para se exercer a democracia direta. Pode-se controlar diretamente, por exemplo, um conselho municipal que está em via de votar um orçamento, através da televisão interativa. Pode-se fazer as pessoas participarem diretamente de toda uma série de decisões através da teleconferência.

Na medida em que houver uma verdadeira descentralização dos poderes econômicos, financeiros, legislativos, poder-se-á conceber, exatamente de forma oposta a essa pirâmide longínqua dos poderes europeus da maneira que foram construídos atualmente através de Maastricht, os contatos políticos diretos em nível mundial, em nível europeu, entre todas as forças políticas progressistas. Poderia haver uma renovação profunda da política baseada na iniciativa dos cidadãos em todos os níveis. A distância espacial, que era o grande problema de Rousseau quando havia concebido seu sistema de autogoverno,³¹ não é mais um problema hoje, graças às novas tecnologias da informação.



Mural - França - 1968

Por isso mesmo, as novas potencialidades da revolução informacional recolocam em questão uma concepção da revolução política violenta, dirigida por uma vanguarda esclarecida, através da Grande Noite (uma "grande noite" parlamentar, ou uma "grande noite" insurrecional, sob a forma da tomada do Palácio de Inverno). A revolução informacional, como nova cultura de debate e de troca de idéias, se opõe completamente àquela que era a ponta de lança das revoluções do modelo soviético, mas também blanquista: a idéia de que existe um Antes e um Depois (a passagem ao Éden), uma ruptura no lugar de um processo progressivo de conquista democrática da opinião das pessoas: a idéia de que a confrontação de idéias pode se reduzir a uma confrontação entre dois campos, uma guerra de posições, de alguma forma. É nesse sentido, a meu ver, que se pode transformar a utopia habermasiana de um "espaço público de discussão"³² em uma forma moderna de democracia, e de transformação revolucionária pacífica.

- ¹ K. Marx, *Le Dix-huit Brumaire de Louis Bonaparte (1852)* (Paris: Éditions Sociales, 1984), pp. 69-70.
- ² É de toda maneira o que mostra a pesquisa de G. Adam *et alii* sobre *L'ouvrier français en 1970* (A. Colin, 1970): após a sondagem, de fato, não são os técnicos, mas os operários profissionais os mais favoráveis à autogestão (aí entendida a ampliação do poder operário nos investimentos e na gestão financeira; na organização do trabalho). Não é entre os que aderem à CFDT, mas é entre membros da CGT que se conta proporcionalmente a maioria dos partidários da gestão de empresa por todos os empregados.
- ³ "Velhas e novas classes sociais", em *La société post-industrielle* (Denoel, 1969), p. 88 (texto escrito em 1965 para a coletânea em homenagem a G. Gurvitch, *Perspectives de la sociologie contemporaine* (Paris: PUF, 1968).
- ⁴ *Le retour de l'acteur* (Fayard, 1984).
- ⁵ *Le mouvement ouvrier* (Fayard, 1985).
- ⁶ "O *homo fabere* e o *animal laborans* são propriamente falando apolíticos. Eles se inclinam a tratar a palavra e a ação de ocupações ociosas, de lenga-lenga, de agitação estéril", *La condition de l'homme moderne* (Agora, Calmann-Lévy, 1983), p. 269.
- ⁷ J. M. Ferry, *Habermas. L'éthique de la communication* (PUF, 1987), pp. 76-77.
- ⁸ *La condition de l'homme moderne*, cit., pp. 41-42.
- ⁹ Cf. Habermas: "H. Arendts Begriff der Macht", em *Politik, Kunst, Religion*, p. 107.
- ¹⁰ *Le retour de l'acteur* (Fayard, 1984).
- ¹¹ J. Habermas, *Die Geschichte von den zwei Revolutionen* (Merkur, 1966), reimpresso em *Kultur und Kritik* (Frankfurt, 1973).
- ¹² *Essai sur la révolution* (Paris: Gallimard, 1967), pp. 368-377.
- ¹³ *Ibid.*, p. 397.
- ¹⁴ *Ibid.*, pp. 405-406.
- ¹⁵ Com nuances ... Assim H. Arendt nota que se "o desejo dos trabalhadores de dirigir eles mesmos as fábricas traduz o desejo compreensível, mas politicamente inoportuno, de indivíduos para elevarem-se a situações que até então só eram acessíveis às classes médias", o talento "gestionário" [*Managerial*] "não deve faltar sem dúvida na classe operária: o contratempo é que os conselhos operários constituem o mais detestável organismo possível de estagnação de tais aptidões e de orientação profissional em geral. Aqueles que são escolhidos, o são em função de critérios políticos, em razão da confiança que inspiram (e não em função de suas qualidades de direção ou de administração)" (*Essai sur la révolution*, cit., pp. 406-407). Nota-se a concepção tecnicista implícita que sobressai aqui da função gestonária.
- ¹⁶ K. Marx e F. Engels: *L'idéologie allemande* (Ed. Sociales, 1968), p. 64.
- ¹⁷ Embora conteste a intenção de Lutero de fundar um *Novus ordo saeculorum*, H. Arendt recorda que para Lutero sua reforma foi concebida explicitamente por ele mesmo como uma "revolução", quer dizer, um acontecimento que "sacode o mundo quando a Palavra de Deus é liberta da autoridade tradicional da Igreja" (*Essai sur la révolution*, cit.).
- ¹⁸ "Os dois métodos. Conferência de Jean Jaurès e Jules Guesde no hipódromo de Lille", documento republicado pela revista *Espaces Marx*, 6 bis rue Roger Sallengro, 59620 Hellemes-Lille, n. 4, janeiro 1994, pp. 20-40.
- ¹⁹ Remetemo-nos aqui à nossa obra *Le tabou de la gestion. La culture syndicale entre contestation et proposition* (Paris: Ed. De l'Atelier, 1996).
- ²⁰ R. Trempé, "L'aport de Jaurès au mouvement ouvrier", em *Cahiers du communisme*, agosto 1994, p. 70.
- ²¹ Devemos esta citação a Paul Boccara.
- ²² *Quinto Congresso Nacional do Partido Socialista*, 15-18 de outubro de 1908, conforme notas estenografadas, pp. 354-356.
- ²³ Seminário R. Trempé.
- ²⁴ *Essai sur la révolution*, cit., pp. 403-404.
- ²⁵ Cf. *Condition de l'homme moderne*, cit., p. 131.
- ²⁶ Marx, *Grundrisse. Manuscrits de 1857-1858*, tomo 2 (Paris: Ed. Sociales, 1980), p. 199.
- ²⁷ Cf. "Cap. XLVIII. A fórmula trinária", *Le Capital, livro III*, tomo 3 (Paris: Ed. Sociales, 1967), pp. 198-199.
- ²⁸ "A divisão moderna do trabalho [...] segundo a qual cada atividade é dividida em tantas partes que cada executor especializado necessita de um mínimo de conhecimento, tende a abolir completamente o trabalho qualificado, como Marx havia previsto" (H. Arendt, *Condition de l'homme moderne*, cit., p.135). H. Arendt retoma as conclusões muito pessimistas de G. Friedmann em *Problèmes humains du machinisme industriel* e verá na "automatização" a eliminação dos operários de fábrica como produtores de obras (*Ibid.*, pp. 201-202, nota 3).
- ²⁹ "Primeiro esboço das *Tarefas imediatas do poder dos soviets*", ditado, em 28 de março de 1918, *Oeuvres complètes*, tomo 27 (Éditions Sociales-Éditions de Moscou, 1961), p. 215.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 219.
- ³¹ Rousseau "é contra a ordem natural onde o grande número governa e o pequeno seja governado. Não se pode imaginar o povo em assembléia permanente disponível para os assuntos públicos"; assim salienta a dificuldade de um regime democrático autêntico que suporia "um Estado muito pequeno, onde o povo tivesse facilidade de reunir-se, e onde cada cidadão pudesse facilmente conhecer todos os outros" (*Du contrat social, Livre III*, capítulo IV).
- ³² Com a condição, bem entendido, de se levar em conta a exclusão do debate democrático nas esferas econômicas e de Estado, como o prescreve atualmente Habermas ou Gorz (porque "não existe em matéria de gestão de empresas uma racionalidade diferente da racionalidade capitalista"). Cf. J. Lojkine: "Un espace public non reconnu: la discussion dans l'entreprise", em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XCVII, 1994. Mais globalmente remeto a meus livros: *La révolution informationnelle* (PUF, 1992) e *Entreprise et société* (PUF, 1998). Ver também Th. Coutrot, *L'entreprise néolibérale* (La Découverte, 1998).

